

As dúvidas sobre a nova política industrial

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Conheci o ministro e vice-presidente da República Geraldo Alckmin na residência funcional do então senador Severo Gomes, no longínquo ano de 1988. Ele e Maria Henriqueta receberam o jovem deputado, recém-chegado a Brasília para exercer seu primeiro mandato de deputado federal, depois de ter sido deputado estadual e prefeito de sua cidade, Pindamonhangaba, São Paulo. Severo Gomes, que era da região, trabalhou para eleger seu companheiro de luta política. Foi um jantar agradável, o senador paulista era um grande contador de histórias, e Alckmin se comportou como um político noviço. Quieto, discreto e muito educado. É a imagem que guardei dele.

Mas depois deste encontro, ele foi governador do Estado de São Paulo duas vezes, de 2001 a 2006 e de 2011 a 2018, o que não é fácil. É o político que governou o poderoso estado de São Paulo por mais tempo. E chegou a vice-presidente do governo do presidente Lula, do PT, numa manobra política inteligente e esperta. Saiu do PSDB no momento certo e aderiu ao PSB na hora exata. Foi um acordo de conveniência que ajudou Lula a vencer as eleições presidenciais por menos de dois pontos percentuais. Ele funcionou como espécie de garantidor de que os objetivos econômicos dos industriais paulistas não seriam relegados ao esquecimento.

O projeto chamado de Nova Indústria Brasil prevê financiamentos da ordem de R\$ 300 bilhões até 2026, a maior parte originária do BNDES. O governo juntou vários objetivos numa só iniciativa que pretende reduzir a pegada de carbono, obter autonomia em tecnologias de defesa, transformar digitalmente empresas, aumentar a participação da agroindústria, entre outras finalidades. Não está claro como será alcançado cada um destes itens. São enunciados genéricos, que não contemplam metas específicas nem as contrapartidas exigidas dos empresários. Parece ser a resposta ao empresariado paulista e nacional de que alguém se preocupa com a indústria brasileira.

A globalização da economia destruiu muitos parques industriais em torno do mundo. O principal aparelho de telefone celular produzido nos Estados Unidos é desenhado na Califórnia e

fabricado na China. Fábricas de automóveis norte-americanas se mudaram para o México, na faixa de fronteira, para produzir mais, pagar menos salários e impostos. As principais marcas de tênis são produzidas nos países asiáticos. Algumas empresas brasileiras se mudaram para o Paraguai e até para a China ou Vietnã, país que hoje mais cresce no mundo.

Este é um fenômeno mundial, não apenas brasileiro. O caso do Brasil aponta para a criação de áreas protegidas que consolidam o atraso tecnológico e alto preço. A indústria automobilística nacional se estabeleceu no Brasil, no governo JK, com o objetivo de gerar empregos e pagar impostos. Nos anos 1970 e 1980 havia montadoras com mais de 10 mil empregados. Hoje poucas delas passam pouco de mil operários por unidade fabril. A automatização substituiu a mão de obra em grande parte das operações.

Quando há necessidade da mão humana, o empresário procura mercado onde o salário é mais baixo. A indústria automobilística brasileira tem mais de 70 anos e continua a ser secundária no mundo, produz equipamentos ultrapassados e de preço elevado. A importação é ainda mais cara, com alíquota de 35% utilizada para proteger a fabricação de automóveis no Brasil, apesar de a operação gerar menos empregos e pagar menos impostos.

Foi assim com a reserva de mercado da informática discutida e praticada no governo Sarney. Só gerou atraso. Não há nenhuma empresa de capital brasileiro que produza equipamentos capazes de competir em preço e qualidade com o equivalente estrangeiro. Tornou a prática do contrabando quase obrigatória. Este é um dos receios que a nova política industrial inspira. O outro é o projeto de economia praticado por Guido Mantega no governo Dilma Rousseff, que provocou uma enorme recessão no país, desemprego em massa e inflação alta. Um desastre monumental.

A garantia do eventual sucesso no programa de reindustrializar o Brasil está na pessoa do vice-presidente Geraldo Alckmin. Ele não participou do desastre do governo Dilma e tem uma visão distante e completa do problema ocorrido naquele momento. Ele é o fiador de todo este projeto que vai além do atual mandato presidencial. Na Coreia do Sul, o governo criou reservas de mercado em certas áreas da economia, mas impôs objetivos e critérios para quem aderisse ao programa. As empresas tinham prazo certo para produzir equipamentos equivalentes ao melhor estrangeiro em preço e qualidade. Parece que é isso que o vice-presidente pretende fazer aqui, sem criar reservas de mercado ou financiamento subsidiado para empresas escolhidas. É a promessa.

Ervas e especiarias: fraudes representam riscos à saúde da população

» ALEXANDRE NOVACHI
Diretor de Assuntos Científicos e
Regulatórios da Associação Brasileira da
Indústria de Alimentos (ABIA)

Estudos conduzidos pelo Instituto Adolfo Lutz (IAL) entre 2020 e 2023 revelam a presença de matérias estranhas em ervas e especiarias, o que pode representar sérios riscos à saúde da população brasileira. A análise específica da páprica, por exemplo, revelou que 30% das 43 amostras de 16 marcas continham adulterações, com destaque para a adição frequente de amido de milho. Fragmentos de pelo de roedor e de insetos estavam presentes em 91% e 79% delas, respectivamente.

Em outro estudo, publicado em dezembro do ano passado, foram analisadas 48 amostras de cúrcuma moída em pó. As análises revelaram a presença de elementos histológicos de milho em 27% delas, indicando fraude por adição de ingrediente não declarado nos rótulos. Os resultados confirmam a importância de os consumidores estarem atentos à qualidade, principalmente nos estabelecimentos de venda à granel, que, muitas vezes, escapam dos rígidos controles impostos pelos órgãos reguladores da indústria de alimentos.

Diante desse cenário, é fundamental compreender os mecanismos e as regulações que garantem a segurança no processo de produção na indústria alimentícia. No Brasil, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) são os órgãos responsáveis por isso. Para ervas e especiarias, a Anvisa desempenha papel crucial na regulamentação e fiscalização. Certificações, como a FSSC 22000, também atestam a qualidade das empresas, embora nem todas sigam esses padrões.

Além disso, existem normas que esclarecem o que é permitido na produção de ervas e especiarias. Um órgão que tem outros tipos de folhas, por exemplo, não pode ser vendido como orégano, e, sim, como “condimento à base de orégano”, pois o consumidor tem direito de saber o que está comprando. Da mesma forma, uma canela que contém 30% de amido não pode ser considerada canela.

Vale ponderar que, embora a ocorrência das matérias estranhas deva ser reduzida ao máximo, algumas são consideradas inevitáveis para determinados alimentos, mesmo com a adoção das melhores práticas disponíveis. Essas matérias estranhas toleradas são algumas sujidades, como fragmentos de insetos, fragmentos de pelos de roedor, bábulas (parte das penas), exceto de pombo e ácaros, em quantidades variáveis de acordo com o produto.

Considerando esse fato, a Resolução RDC nº 623/22 da Anvisa estabeleceu limites de tolerância para alguns grupos de alimentos, como frutas, produtos de frutas e similares, farinhas, massas, produtos de panificação e outros derivados de cereais, café, chás, especiarias, cacau e derivados, queijos e cogumelos. Para a páprica, são tolerados até 80 fragmentos de insetos indicativos de falhas das boas práticas em 25 gramas. Para a canela em pó, 100 fragmentos em 50 gramas e, para o orégano, 20 em 10 gramas.

A produção de ervas e especiarias se baseia em práticas milenares, e os controles vão desde o plantio até a embalagem final, que garantem a segurança e a qualidade. Boas práticas agrícolas devem estar associadas a controles das cadeias de abastecimento, boas práticas de fabricação, processos de tratamento validados — que envolvem etapas de limpeza, classificação, corte, moagem e quebra —, e processos de redução microbiológica que garantem a inocuidade desses alimentos.

Empresas sérias são comprometidas com a segurança do alimento e do consumidor e comercializam produtos 100% puros. Essas empresas conseguem garantir a pureza do produto fornecido a partir da gestão eficiente de qualidade e compra de ingredientes de origem confiável. Importante ratificar que fraudes em especiarias ocorrem com maior frequência no mercado informal ou em comércio à granel. Outro ponto crítico é o mercado informal, que não sofre qualquer tipo de inspeção.

A segurança alimentar é um direito do consumidor, e a presença de fraudes em especiarias representa uma ameaça significativa. É imperativo que os órgãos regulamentadores intensifiquem as ações de fiscalização, enquanto as empresas adotam boas práticas. Além disso, os consumidores desempenham papel crucial ao escolherem produtos de marcas confiáveis, contribuindo para um cenário mais seguro e transparente.

Superbactérias x pets: precisamos falar sobre o problema

» HARALD FERNANDO VICENTE DE BRITO

Médico-veterinário, doutor em ciências veterinárias pela Universidade Federal do Paraná e professor de pós-graduação em medicina veterinária

Acompanho atentamente as discussões e o temor mundial envolvendo as chamadas superbactérias ou bactérias multirresistentes, que são aquelas que se tornaram resistentes a vários antibióticos. A preocupação é tanta que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que a resistência aos antibióticos é hoje uma das maiores ameaças globais, podendo afetar qualquer pessoa, de qualquer idade, em qualquer país, representando um risco à saúde humana e animal, uma vez que, entre as bactérias, temos várias que causam infecções em pets e em seres humanos.

É necessário entender que a resistência das bactérias aos antibióticos ocorre naturalmente, mas o uso indiscriminado, irracional ou excessivo de antimicrobianos, tanto em humanos quanto em animais, é uma das causas subjacentes mais importantes, acelerando o surgimento de cepas de bactérias cada vez mais resistentes aos antimicrobianos.

Mas qual o real papel dos animais, médico-veterinários, tutores, pecuaristas e órgãos governamentais neste problema? O contato próximo dos animais de estimação com seus tutores e com o ambiente interno da casa, principalmente cozinha, camas e sofás, possibilita a transmissão das bactérias entre os humanos e seus pets. Vale lembrar que elas podem ser transmitidas dos animais para seus tutores e vice-versa.

Um estudo realizado na Europa em 2020 pela conceituada *Revista Antibiotics* mostrou que mais de 80% dos antibióticos de amplo espectro importantes para a medicina são usados no tratamento de cães e gatos. Além disso, uma outra pesquisa, publicada no mesmo periódico e realizada na Índia, em 2022, constatou que mais de 70% dos médico-veterinários prescrevem antibióticos de acordo com sua experiência pessoal, sem se basear em culturas bacterianas e antibiogramas (exames que identificam a bactéria e testam a quais antibióticos essas bactérias são sensíveis ou resistentes). E, no Brasil, isso pode ser ainda pior. Explico: assim como nos dois estudos mencionados acima, por aqui também são utilizados na medicina veterinária diversas bases antibióticas usadas na medicina e percebo que a maioria dos veterinários também prescrevem esses medicamentos com base em suas experiências pessoais.

No entanto, esse não me parece ser o maior problema. Aqui, embora seja obrigatória a retenção de receita para comprar antibióticos de uso humano desde 2010, a aquisição de antimicrobianos de uso veterinário não exige prescrição de profissional habilitado. Tutores, protetores e pecuaristas adquirem antibióticos com base em indicações de leigos ou em suas experiências pessoais, mesmo não tendo

conhecimento técnico algum. Com isso, é frequente que os animais sejam levados ao atendimento veterinário tendo recebido ou esteja recebendo algum agente antimicrobiano, o que muitas vezes, além de contribuir para a criação das superbactérias, ainda pode dificultar o diagnóstico preciso da doença.

O que podemos fazer para melhorar essa situação? Certamente, a medida mais importante a ser tomada no Brasil é, aos moldes do que é feito pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), instituir a obrigatoriedade de prescrição e retenção de receita para antibióticos de uso veterinário. Mas, enquanto isso não se torna realidade, é importante conscientizar tutores e pecuaristas para que não instituem terapias sem indicação veterinária e, quando iniciadas, seguir com o tratamento indicado, respeitando doses, horários de administração e tempo de tratamento preconizado.

Quanto aos médicos-veterinários, é preciso conscientizá-los quanto à importância da identificação do agente infeccioso, por meio de cultura, e a realização dos testes de sensibilidade (antibiograma). Isso sem esquecer de preservar o medicamento respeitando sua farmacologia, ou seja, sem tentativas de mudar a posologia para simplesmente facilitar a vida do tutor. Se não o fizermos, estamos fadados a pagar muito caro por isso.